



# A política externa do Reino Unido e a autodeterminação de Timor Leste, 1997–2002

∞ PAULO GORJÃO

ASSISTENTE NA UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Objectivamente o que o Reino Unido fez por Timor Leste não pode ser desvalorizado: o New Labour abordou por inúmeras vezes com a Indonésia a questão da violação dos direitos humanos em Timor Leste, pressionou de forma insistente Jacarta para que aceitasse a visita da tróica da União Europeia a Díli e, em geral, teve um papel muito activo através de diversos canais bilaterais e multilaterais.

### Introdução

Em Maio de 1997, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Robin Cook, publicou um manifesto no qual prometia que, a partir daquela data, a política externa britânica passaria a ter uma dimensão ética e a apoiar a luta de outros povos pelo acesso a direitos democráticos.<sup>1</sup> Este compromisso foi reafirmado em Julho de 1997, durante um discurso sobre direitos humanos, em que anunciou 12 princípios que, a partir dessa data, passariam a tutelar a política externa britânica. Entre outras medidas, Cook prometia que o Reino Unido incorporaria na lei britânica a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e apoiaria a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI). Cook prometia ainda rever o programa de assistência a treino militar, implementar melhores mecanismos de controlo da venda de armas e publicar um relatório anual de direitos humanos. Igualmente importante, Cook garantia que adoptaria o diálogo bilateral como mecanismo para melhorar os direitos humanos e, em circunstâncias extremas, não estaria colocada de parte a hipótese de instaurar sanções.<sup>2</sup> A sua insistência numa dimensão ética, nestas e noutras ocasiões, contribuiu para que se instalasse a crença de que o *New Labour* estaria a adoptar uma política externa ética.<sup>3</sup>

A política externa ética criou elevadas expectativas, principalmente entre a comunidade académica e os activistas defensores dos direitos humanos. Alguns académicos encararam com optimismo os primeiros meses no poder do *New Labour*, na medida em que este trouxe para a política externa britânica «uma mudança clara em termos de conduta e conteúdo».<sup>4</sup> Os activistas defensores dos direitos humanos, como por exemplo a Amnistia Internacional, tinham a percepção de que Cook era, comparativamente aos seus antecessores do Partido Conservador, muito mais receptivo e preocupado com o respeito pelos direitos humanos. De facto, nos meses que se seguiram, foi com agrado que a Amnistia Internacional assistiu à criação de um departamento dedicado às questões de direitos humanos no Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao estabelecimento de um fundo para projectos dedicados a questões de direitos humanos, ao apoio britânico no que se refere ao código de conduta da União Europeia relativo à venda de armas e à criação do TPI.<sup>5</sup>

No entanto, importa referir que a política externa ética de Cook não foi apenas recebida com elevadas expectativas, na medida em que houve também quem tivesse encarado com preocupação os primeiros meses no poder do *New Labour*. De facto, «no interior do Ministério dos Negócios Estrangeiros existiam sérias dúvidas sobre a sensatez de publicitar de forma tão estrondosa uma política que os diplomatas sabiam ser impossível de concretizar».<sup>6</sup> Além disso, sabe-se que em 1997 e 1998 o Primeiro-Ministro, o Ministério do Comércio e Indústria e o Ministério da Defesa também manifestaram o de-

sejo de que Cook diminuísse a retórica sobre a dimensão ética, uma vez que uma aplicação substantiva poderia prejudicar o investimento e o comércio, bem como as exportações de armamento.<sup>7</sup> Afinal, «o Reino Unido é o segundo maior exportador de armamentos, com um volume de negócios avaliado em 5 mil milhões de libras por ano. Cerca de ¼ do comércio mundial de armas tem origem no Reino Unido. As exportações fornecem 150 mil postos de trabalho».<sup>8</sup> Um potencial decréscimo na venda de armas implicaria não só uma ameaça a esses postos de trabalho, mas também a probabilidade de os preços aumentarem, uma vez que «o armamento com elevado perfil tecnológico apenas pode ser produzido de forma económica se for exportado».<sup>9</sup> Em suma, «existia um elevado potencial para a inconsistência ao adoptar padrões morais, tendo em conta a importância da indústria de armamento para a economia britânica», bem como o volume mundial de investimento e comércio do Reino Unido.<sup>10</sup>

Um ano e meio depois de ter tomado posse como ministro dos Negócios Estrangeiros, Robin Cook concedeu uma entrevista cujo conteúdo era esperado. Como era previsível, em Novembro de 1998, Cook distanciou-se da retórica sobre a política externa ética.<sup>11</sup> Na entrevista, em vez de prometer o seu apoio a uma visão maximalista, Cook renovou o seu compromisso de trabalhar para implementar um conceito, mais circunscrito, de uma política externa com uma dimensão ética – tal como, refira-se, escrevera no seu manifesto de 1997.

No caso específico da autodeterminação de Timor Leste, o *New Labour* não podia ignorar as suas significativas exportações de armamento para a Indonésia, bem como o facto de o Reino Unido ser o segundo maior investidor directo, com interesses significativos nas indústrias extractivas, nomeadamente ao nível do petróleo e do gás natural. Cook não se podia dar ao luxo de ignorar que multinacionais britânicas como a *British Petroleum*, a *British Gas* e a *Rio Tinto* tinham investido na Indonésia, ao longo dos últimos anos, cerca de 50 mil milhões de libras.

#### **As negociações tripartidas da ONU e a UNAMET**

A vitória eleitoral do *New Labour*, em Maio, de 1997 foi precedida pela escolha de um novo Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan. Logo nos primeiros dias após a sua tomada de posse, em Janeiro de 1997, Annan mostrou um genuíno interesse em dar nova vida a alguns processos de paz que se vinham a arrastar sob os bons ofícios de sucessivos secretários-gerais da ONU.<sup>12</sup> Tudo indica que Annan considerava que era necessário dar um empurrão a processos que pareciam negligenciados e bloqueados, sem qualquer esperança, tais como Timor Leste, Sahara Ocidental e Chipre.<sup>13</sup> Em

Fevereiro de 1997, Annan nomeou Jamsheed Marker como seu Representante Pessoal, em exclusivo para a questão de Timor Leste.<sup>14</sup> A nomeação de Marker foi encarada na altura como um passo importante, na medida em que passou a mensagem de que, com Annan (e ao contrário do seu antecessor, Boutros Boutros-Ghali), passaria a existir uma abordagem séria da questão de Timor Leste. Dito de outro modo, a escolha de Marker foi uma demonstração da determinação de Annan em dar um novo ímpeto às negociações tripartidas da ONU sobre Timor Leste.<sup>15</sup> A decisão de Annan de adoptar uma abordagem mais pró-activa havia sido influenciada não apenas pela atribuição, alguns meses antes, do Prémio Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e José Ramos Horta, respectivamente, mas também pela crescente oposição política na Indonésia contra o regime autoritário do Presidente Suharto.

Ao contrário da ONU, durante 1997 e 1998, a política externa do *New Labour* para a Indonésia e Timor Leste foi marcada pela continuidade e não pela mudança. Londres não tinha qualquer esperança de que Suharto aceitasse um acto de autodeterminação em Timor Leste. Mesmo assim, numa abordagem discreta, o Reino Unido foi enviando a mensagem de que alguma coisa tinha de ser feita para se encontrar uma solução. A partir de Março de 1998, quando Bacharuddin J. Habibie se tornou Vice-Presidente da Indonésia, inúmeras pessoas lhe transmitiram a mensagem de que a Indonésia tinha de encontrar, de uma vez por todas, uma solução para a questão de Timor Leste.<sup>16</sup> Entre aqueles que o fizeram esteve Cook. Em Abril de 1998, em Londres, Cook encontrou-se com Habibie e transmitiu-lhe a mensagem de que as dificuldades resultantes da questão de Timor Leste eram «um problema entre a Europa e a Indonésia, e entre a Indonésia e o seu devido lugar na comunidade internacional».<sup>17</sup> Na sua perspectiva, a Indonésia deveria, de forma activa e de uma vez por todas, procurar resolver a questão de Timor Leste, uma vez que esta matéria constringia as relações entre ambos os países, nomeadamente no âmbito da União Europeia. Dito de outro modo, a disputa envolvendo o território constringia o comércio e o investimento entre o Reino Unido e a Indonésia. Tendo em conta a crise financeira em que a Indonésia estava submersa desde o segundo semestre de 1997, tal queria dizer que havia razões adicionais para que Jacarta pensasse, muito seriamente, em desbloquear a situação. Tal como outros líderes haviam feito no passado recente, Cook estava a usar Habibie como correia de transmissão para enviar uma mensagem a Suharto. Como era previsível, os encontros que decorreram em Londres entre Cook e Habibie, mas também entre Annan e Habibie, não produziram qualquer resultado substantivo sobre a resolução da questão de Timor Leste.<sup>18</sup>

Como os acontecimentos se encarregariam de demonstrar, no período entre Maio de 1997, altura em que Cook tomou posse como ministro

dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, e Maio de 1998, altura em que Suharto se demitiu do cargo de Presidente da Indonésia, Londres teve poucas oportunidades para influenciar de forma substantiva a abordagem do regime autoritário indonésio sobre a questão de Timor Leste. Mesmo assim, como reconhece Ali Alatas, «o respeito pelos direitos humanos era a principal fonte de desentendimentos entre a Indonésia e o Reino Unido».<sup>19</sup> Porém, enquanto se mantivesse o regime autoritário indonésio, o apoio de Cook às reivindicações de outros povos em matérias de direitos democráticos teria inevitavelmente resultados substantivos muito limitados.

Da mesma forma, a ocorrência de desenvolvimentos substantivos nas negociações tripartidas lideradas pelas Nações Unidas teria de esperar pela mudança de regime na Indonésia.<sup>20</sup> Alguns dias antes da queda de Suharto, numa crítica directa ao Partido Conservador, Cook salientou que no passado a pressão diplomática do Reino Unido não tinha sido aplicada com o vigor adequado.<sup>21</sup> Esta crítica com tons partidários, injusta em certa medida, inevitavelmente levantou a questão sobre até onde é que o *New Labour* estava disposto a ir com o intuito de pressionar diplomaticamente Jacarta. Quando a mudança de regime ocorreu na Indonésia, a 21 de Maio de 1998, o Reino Unido pressionou imediatamente Habibie para que fossem introduzidas de imediato reformas decisivas a diversos níveis, incluindo na abordagem da questão de Timor Leste. Derek Fatchett, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, na visita que efectuou na altura a Jacarta foi o primeiro membro de um Governo europeu a encontrar-se com Habibie, já depois de este ter tomado posse como Presidente da Indonésia. Aproveitando o espírito de abertura manifestado por Habibie, o Embaixador do Reino Unido em Jacarta, Robin Christopher, assegurou junto do ministro da Justiça indonésio, Muladi, os detalhes necessários para uma visita histórica. Fatchett seria o primeiro membro de um Governo europeu a encontrar-se com o líder da resistência timorense, José Alexandre «Xanana» Gusmão. A 28 de Maio, apenas uma semana depois da nomeação de Habibie, o encontro entre Fatchett e Xanana Gusmão criou a oportunidade para a primeira conferência de imprensa pública do líder da resistência timorense, algo impensável durante o regime de Suharto. Na conferência de imprensa, que decorreu no interior da prisão de Cipinang, nos subúrbios de Jacarta, Fatchett aproveitou para apelar à libertação antecipada de Xanana Gusmão.

Entre 27 e 30 de Junho, coincidindo com o fim da presidência britânica da União Europeia, no primeiro semestre de 1998, pela primeira vez ocorreu uma visita a Timor Leste de uma missão da tróica da União Europeia.<sup>22</sup> Liderada por Christopher, a visita da tróica correspondeu não apenas a uma mudança de política por parte da União Europeia sobre o estatuto de Timor

Leste, mas também ao fim da prática instituída de bloqueio de visitas com estatuto diplomático.<sup>23</sup> O relatório da tróica não deixou de salientar que não haveria «uma solução duradoura para a questão de Timor Leste sem um compromisso firme no sentido de se realizar uma consulta directa, numa data a definir no futuro, que determinasse a vontade da população timorense», e que «a consulta poderia ser sobre a questão da independência (...) baseada num acordo negociado, ou através de um processo eleitoral genuinamente representativo».<sup>24</sup>

Tendo em conta a crescente pressão internacional e as eleições presidenciais indonésias, «com o intuito de reforçar interna e internacionalmente as suas credenciais de democrata», Habibie decidiu «deixar a sua marca através da resolução, de uma vez por todas, da questão de Timor Leste».<sup>25</sup> A 9 de Junho de 1998, numa entrevista concedida à BBC, Habibie revelou num comentário que «não deveria ter feito» que estava preparado para negociar um estatuto especial para Timor Leste.<sup>26</sup> Esta proposta era a consequência natural das inúmeras mensagens que haviam sido transmitidas a Habibie por diversos elementos influentes da comunidade internacional, mas estava também em sintonia com a posição pessoal de Dewi Fortuna Anwar sobre esta matéria. A abertura do sentido de se conceder um estatuto especial a Timor Leste, embora fosse ainda pouco claro até onde Habibie estava disposto a ir, era, sem qualquer margem para dúvidas, algo potencialmente inovador. Em Londres, tal foi interpretado como um sinal de que o novo Presidente da Indonésia estava disposto a adoptar uma outra abordagem. Habibie parecia estar plenamente consciente de que sem a solução da questão timorense seria difícil reunir o apoio internacional necessário para fazer frente à crise política, económica e social que a Indonésia enfrentava nessa altura.

Aproveitando a janela de oportunidade resultante das declarações de Habibie, Annan convidou Ali Alatas e Jaime Gama para negociações em Nova Iorque a 4 e 5 de Agosto de 1998. O objectivo consistia em aproveitar a oportunidade para tentar quebrar o impasse que existia e que bloqueava qualquer hipótese de se conseguir alcançar progressos substantivos. Estas conversações acabaram por se revelar como um dos diversos pontos de viragem que se seguiriam nos meses seguintes. Na sequência do encontro entre Alatas e Gama, a Indonésia abdicou, pela primeira vez, do dogma do Estado unitário e reconheceu que Timor Leste era uma entidade política distinta do resto do país. Consequentemente, a Indonésia e Portugal concordaram iniciar a discussão da proposta de Jacarta sobre um eventual estatuto especial, que daria aos timorenses autonomia alargada, excepto em matérias relacionadas com a defesa, política externa e algumas questões de ordem fiscal e financeira.

A primeira ronda das negociações tripartidas das Nações Unidas à luz des-

ta nova fórmula teve lugar em Outubro de 1998. A partir dessa ronda negociada, Francesc Vendrell, o director da Divisão Ásia-Pacífico no Departamento de Assuntos Políticos da ONU, instituiu a prática de «informar o Reino Unido sobre os progressos que se registavam nas negociações». <sup>27</sup> A Indonésia e Portugal, no entanto, continuavam a discordar sobre a questão essencial. Jacarta não aceitava que um referendo fosse o corolário do processo e Lisboa recusava o princípio da autonomia como solução final.

Tudo mudaria a 27 de Janeiro de 1999, quando, à margem das negociações tripartidas das Nações Unidas, e para surpresa de todos, o ministro da Informação indonésio, o General Yunus Yosfiah, anunciou em Jacarta que a Assembleia Consultiva Popular poderia vir a conceder a independência a Timor Leste e, instantes depois, Ali Alatas confirmou que se a proposta de autonomia fosse rejeitada, a Indonésia permitiria que Timor Leste fosse um Estado independente. Cook recebeu com agrado as declarações de Alatas e considerou-as «um passo na direcção correcta». <sup>28</sup> Nesse mesmo dia, a Indonésia anunciou também a decisão de transferir Xanana Gusmão da prisão de Cipinang para detenção domiciliária, algo que Cook também considerou um passo que abria caminho para a resolução da questão de Timor Leste. <sup>29</sup> Destacados líderes timorenses, como por exemplo José Ramos Horta, que até então haviam manifestado cepticismo sobre as intenções de Habibie, começavam agora a acreditar que o *statu quo* poderia finalmente mudar. <sup>30</sup>

Do ponto de vista português, a aceitação por parte da Indonésia de um referendo sobre o futuro de Timor Leste, que permitisse escolher entre um estatuto de autonomia alargada e a independência, veio alterar por completo a dinâmica negociada. Jaime Gama deixou de estar preocupado com o conteúdo da proposta de autonomia alargada, na medida em que essa deixara de ser uma questão central. De facto, a proposta de autonomia alargada deixara de ser uma iniciativa das Nações Unidas, que se discutia entre Jacarta e Lisboa, e passara a ser uma proposta da Indonésia. Existindo a possibilidade de Timor Leste se tornar independente, competia à diplomacia de Jacarta apresentar uma proposta de autonomia alargada que fosse o mais apelativa possível. A partir daqui, a diplomacia portuguesa passou a concentrar a sua atenção em exclusivo no método de consulta popular, na organização e na data da consulta, e nas questões de segurança antes e depois da consulta.

As questões de segurança seriam para Portugal um enorme pesadelo que se arrastaria nos meses seguintes. Em Fevereiro, António Guterres garantia a Ramos Horta que Lisboa apoiaria uma operação de manutenção da paz das Nações Unidas em Timor Leste. A eventual presença de elementos das Nações Unidas em Timor Leste começava a tornar-se numa questão crucial. Sucessivos episódios de incidentes violentos, em finais de 1998 e princípios de

1999, levaram Guterres a sublinhar a necessidade de uma presença permanente das Nações Unidas enquanto factor essencial de estabilização a situação em Timor Leste. Sem resultados práticos, refira-se.

O método da consulta foi um dos temas principais durante a ronda de negociações entre Alatas e Gama a 8 e 9 de Fevereiro de 1999. A Indonésia e Portugal solicitaram a Annan que sugerisse diversas alternativas. Alatas esclareceu que a Indonésia não aceitaria um referendo, mas apenas uma consulta. Este facto foi entendido por Portugal como querendo dizer que a Indonésia (ou, pelo menos, Alatas) preferia um método indirecto para aferir a vontade dos timorenses. Lisboa pensava que Jacarta se preparava para recusar uma consulta por voto universal, directo e secreto e que queria, em alternativa, realizar uma consulta indirecta, em parte semelhante à que ocorrera em Irian Jaya, em 1969.

Portugal preparou um documento com a sua estratégia para a ronda negociada de 10 e 11 de Março de 1999. Partindo do pressuposto de que a Indonésia recusaria uma consulta popular por voto secreto, directo e universal, a diplomacia portuguesa tentou adivinhar quais seriam as alternativas que as Nações Unidas poderiam sugerir. Duas em particular pareciam prováveis: a eleição de uma assembleia timorense, ou a auscultação de personalidades distintas. Xanana Gusmão informou Ana Gomes, na altura a dirigir a Secção de Interesses de Portugal em Jacarta, que se fosse inevitável, e como opção de última instância, estaria disposto a apoiar como método de consulta popular uma assembleia timorense, em vez de manter uma posição de intransigência à volta do direito ao voto universal, secreto e directo.<sup>31</sup> Dito isto, a posição oficial portuguesa nas negociações tripartidas das Nações Unidas em Março foi que Lisboa apenas aceitaria reconhecer a legitimidade de um acto de autodeterminação se fosse utilizado como método de consulta popular o voto universal, secreto e directo.

Antes, Alatas sugerira a Jamsheed Marker como método de consulta «uma amostra democrática de perspectivas» e, para esse feito, uma equipa das Nações Unidas «obteria um leque tão alargado quanto possível de perspectivas e opiniões timorenses».<sup>32</sup> Contudo, muito provavelmente devido às pressões exercidas por Habibie, quando o método de consulta foi discutido em Março, Alatas aceitou o voto secreto, directo e universal, sem levantar qualquer tipo de objecção. Para além disso, a Indonésia aceitou também, sem qualquer objecção, que a consulta popular fosse organizada pelas Nações Unidas, facto que apanhou os diplomatas portugueses de surpresa.

No que se refere à data da consulta, a Indonésia exigiu que esta ocorresse a 8 de Agosto de 1999. O argumento apresentado pelos diplomatas indonésios salientava que as eleições para a Câmara dos Representantes iriam decorrer

em Junho e que a Assembleia Popular Consultiva se reuniria muito provavelmente no final de Agosto, ou princípio de Setembro de 1999. Logo, Habibie tinha pouco tempo para submeter a ratificação os resultados da consulta popular.

Quanto às questões de segurança, as primeiras propostas apresentadas pelas Nações Unidas durante as negociações haviam deixado esta parte sempre em branco. Em Novembro de 1998, Portugal solicitara o estabelecimento de um grupo de trabalho tripartido para estudar as questões de segurança. Apesar de ter sido acordado que se estabeleceria este grupo, a verdade é que em Janeiro de 1999 tudo continuava na mesma e o documento de trabalho das Nações Unidas permanecia em branco nesta matéria. Devido ao atraso, em Janeiro e Fevereiro, Portugal continuou a exigir a criação imediata do grupo de trabalho. Porém, com a proposta de Habibie, as próprias preocupações de segurança haviam, entretanto, evoluído para um novo patamar. Se antes era necessário acautelar as questões de segurança durante o período de autonomia, agora era vital garantir condições de segurança antes e depois da consulta popular.

Em Abril de 1999, numa altura em que as negociações tripartidas se aproximavam do fim, eclodiu uma onda de violência em Timor Leste que, muito claramente, consistia num derradeiro esforço para fazer descarrilar o processo em curso. Consciente deste facto, Fatchett salientou a necessidade de levar a bom termo as negociações em curso, tendo apelado à «moderação (...) e solicitou à liderança das Forças Armadas indonésias que desarmasse e controlasse as actividades das milícias».<sup>33</sup> Fatchett reagia, deste modo, ao massacre de Liquiçá, que ocorrera a 6 de Abril. A 17 de Abril, apesar dos avisos internacionais, ocorria uma nova vaga de violência, desta vez em Díli, uma vez mais da autoria de milícias pró-integracionistas e contra civis timorenses. Na perspectiva britânica, o que era importante perceber era «o facto de estes ataques mostrarem o nível de apoio oficial indonésio às milícias pró-integracionistas».<sup>34</sup> Marker esclareceu que «não pretendia recomendar ao Secretário-Geral que a ONU recuasse».<sup>35</sup> De facto, a ONU não recuou e, entre 21 e 23 de Abril, a Indonésia e Portugal finalizaram os Acordos que seriam assinados a 5 de Maio, na ONU, em Nova Iorque.

A 28 de Abril, Fatchett visitou Timor Leste, ainda sob um ambiente tenso. Londres tinha plena consciência de que havia um problema grave com os Acordos de Nova Iorque. De facto, estava previsto nos Acordos que no período até à consulta popular a Indonésia seria responsável pela paz e segurança (Artigo 3). A Polícia Indonésia tinha a competência em exclusivo de assegurar o cumprimento da lei e a manutenção da ordem. Em privado, o Reino Unido expressava as suas dúvidas sobre a capacidade e a vontade de Jacarta

manter a segurança. Em público, Fatchett desvalorizava esta preocupação, nomeadamente porque pouco podia fazer nessa altura. Respondendo a uma pergunta sobre uma eventual contribuição do Reino Unido para uma força de manutenção da paz da ONU, que a Indonésia não aceitava e na qual o Reino Unido não tinha particular interesse em se ver envolvido, Fatchett rejeitou a ideia dizendo que não havia qualquer necessidade de colocar tropas no terreno. Ainda segundo Fatchett, o que existia era um problema de segurança e, por consequência, tratava-se de uma questão para a Polícia e não para as Forças Armadas.<sup>36</sup>

Apesar das suas insuficiências, os Acordos de 5 de Maio entre a Indonésia, Portugal e as Nações Unidas foram acolhidos com agrado pelo Reino Unido. Consciente das dificuldades e do calendário apertado, Fatchett manifestou o seu desejo de ver avançar tão depressa quanto possível a missão da ONU que iria organizar a consulta popular.<sup>37</sup> Precisamente com o intuito de acelerar o calendário tanto quanto possível, a ONU começou os preparativos da consulta popular ainda antes da existência de um mandato formal da Missão das Nações Unidas para Timor Leste (UNAMET) e, de imediato, enviou uma equipa avançada para Díli em condições de segurança particularmente difíceis. E para resolver as questões de financiamento, a ONU criou um Fundo Fiduciário para Timor Leste. O novo secretário de Estado britânico, Geoff Hoon, anunciou de imediato que Londres decidira contribuir com um milhão de dólares.

Entretanto, a ONU procurava responder às questões de segurança utilizando a porta dos fundos. Dito de outro modo, uma vez que a Indonésia não aceitava uma força de manutenção da paz das Nações Unidas, Annan procurava assegurar tantos polícias civis e oficiais militares de ligação quanto fosse possível (e para os quais o Reino Unido contribuiu de forma simbólica).<sup>38</sup> Contudo, apesar do criticismo internacional e da promessa de que Indonésia garantiria a segurança, a verdade é que actos de violência continuavam a ocorrer impunemente em Timor Leste. Por exemplo, em Junho, Hoon encontrou-se com Nana Sutresna, o Embaixador da Indonésia no Reino Unido, e tornou clara a preocupação de Londres com os ataques das milícias pró-integracionistas contra o pessoal da UNAMET. Com o intuito de aumentar a pressão internacional, Hoon «apelou ao Governo indonésio para que controlasse as milícias no sentido de assegurar um clima favorável à realização da consulta popular da ONU em Agosto» e «salientou também a importância de proteger todos os envolvidos na operação da ONU».<sup>39</sup> Embora em Julho e Agosto os níveis de violência tenham diminuído, a verdade é que a segurança era deficiente quando decorreu a votação.

Porém, depois de dois adiamentos, a comunidade internacional tinha três alternativas: realizar o referendo apesar das condições precárias de seguran-

ça; adiar a consulta popular sem estabelecer uma nova data; ou cancelar em definitivo a votação. Avaliados os argumentos a favor e contra cada uma das alternativas, acabou por prevalecer a convicção de que esta era uma janela de oportunidade única e que, como tal, não havia alternativa. A consulta popular deveria ter lugar a 30 de Agosto, apesar da insegurança.

### **A consulta popular e a INTERFET**

Robin Christopher foi um dos observadores oficiais num dia de votação surpreendentemente pacífica. Contrariamente ao esperado, «houve muito poucos problemas nos locais de voto» e «o transporte das urnas com os boletins de voto para os pontos de concentração e depois para Díli decorreu sem incidentes significativos». <sup>40</sup> Cook manifestou o seu agrado «pela elevada taxa de participação (...) sem que se tenham registado casos significativos de violência». <sup>41</sup> Porém, «o que de início foi elogiado como a solução pacífica de um velho problema», nos dias seguintes tornou-se «num problema muito sério». <sup>42</sup> Como salienta Christopher, em retrospectiva percebe-se que «a grande fraqueza dos acordos estabelecidos pela comunidade internacional para o referendo estava no facto de tudo se concentrar no dia da votação e todos – observadores, organizadores das eleições, delegações visitantes – excepto a UNAMET, partiram de Timor Leste pouco tempo depois». <sup>43</sup>

O dia pacífico da votação não poderia ser mais enganador sobre aquilo que se passaria nas duas semanas seguintes em Timor Leste. Um dia depois da votação ocorriam os primeiros casos de violência. A 2 de Setembro, Cook estava já a declarar a sua «profunda preocupação com a violência» que eclodira após a votação. <sup>44</sup> De facto, o pior cenário transformava-se rapidamente em realidade. A 3 de Setembro, Cook falou com Ian Martin, o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU e líder da UNAMET, que o informou sobre os detalhes da situação em Timor Leste. Cook falou depois com Alatas, que lhe assegurou que Habibie aceitaria o resultado oficial e daria posteriormente «instruções às forças de segurança para não tolerarem qualquer violação da segurança e da ordem que colocasse em causa o resultado do referendo». <sup>45</sup>

De seguida, Cook deu instruções ao Representante Permanente do Reino Unido na ONU, Jeremy Greenstock, «para dar todo o seu apoio a qualquer iniciativa minimamente realista que envolvesse uma intervenção internacional em Timor Leste». <sup>46</sup> Antes, Cook falara com o ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Alexander Downer, tendo expressado a disponibilidade britânica para trabalhar e cooperar com a Austrália, <sup>47</sup> bem como com Jaime Gama, a quem transmitiu a mesma mensagem. Reagindo aos acontecimentos que se desenrolavam, o Governo britânico decidiu disponibilizar

apoio militar a uma eventual intervenção e, para o efeito, colocou em estado de alerta o *destroyer* HMS Glasgow, que partiu de imediato para o Mar do Sul da China. Adicionalmente, Cook enviou, na qualidade de seu representante especial para a questão de Timor Leste, o novo secretário de Estado britânico, John Battle, em visita oficial à Indonésia e à Austrália.

Entre o dia da votação e o dia do anúncio dos resultados, Londres «receou que as milícias pró-integracionistas roubassem os boletins de voto, razão pela qual o Reino Unido entendia que o anúncio dos resultados deveria ocorrer tão depressa quanto possível».<sup>48</sup> Confrontado com a crescente insegurança em Timor Leste e receando o efeito de eventuais fugas de informação, Annan decidiu antecipar a divulgação oficial dos resultados da consulta popular. Annan em Nova Iorque e Martin em Díli revelaram em simultâneo que 21,5% dos timorenses tinha votado a favor do estatuto de autonomia alargada e 78,5% tinha votado contra. Dito de outro modo, tendo votado 98,6% dos eleitores recenseados, os timorenses tinham optado, sem qualquer margem para dúvidas, pela independência.

A 4 de Setembro, Cook continuou a pressionar Jacarta acentuando que o Reino Unido tinha sido um dos países que tinham defendido a realização da consulta popular e agora exigia que a Indonésia restaurasse a ordem. O resultado da consulta popular não deixava qualquer margem para dúvidas sobre a vontade dos timorenses quanto ao seu futuro. Daí que, nas palavras de Cook, «a maioria de quatro para um a favor da independência resolvesse de uma vez por todas a disputa sobre Timor Leste».<sup>49</sup> No entanto, tornava-se cada vez mais claro que existiam certos elementos em Timor Leste e na Indonésia que não estavam dispostos a aceitar o resultado. Confrontado com esta situação, a verdade é que a última coisa que Cook queria era estar envolvido numa intervenção militar em Timor Leste sem o aval da Indonésia.

Em Nova Iorque, a 5 de Setembro, o Subsecretário-Geral para os Assuntos Políticos da ONU, Kieran Prendergast, apelou ao Conselho de Segurança para que enviasse uma missão à Indonésia e Timor Leste. Esta era a segunda vez que Prendergast apelava neste sentido, na medida em que já o fizera antes da votação, sem sucesso. Contudo, desta vez, o apelo de Prendergast seria ouvido. A posição do *Core Group*, que anteriormente havia sido formado para apoiar a ONU na questão de Timor Leste, terá sido determinante.<sup>50</sup> Antes o *Core Group* manifestara a sua oposição a uma missão do Conselho de Segurança. Porém, confrontado com a rápida deterioração das condições de segurança no terreno, o *Core Group* mudou de posição. Tendo em conta esta alteração, Peter van Walsum, o Presidente do Conselho de Segurança em Setembro de 1999, reuniu este órgão para consultas informais. A China, a Malásia e a Rússia revelaram disponibilidade para viabilizar esta proposta,

mas apenas se a Indonésia aceitasse. Ainda nesse mesmo dia, van Walsum garantiu a autorização indonésia.<sup>51</sup> Para surpresa de van Walsum, o Conselho de Segurança não colocou qualquer tipo de obstáculo relativamente ao mandato e dimensão da missão, nem discutiu quem seriam os seus membros.<sup>52</sup> Com inteira liberdade para seleccionar a equipa, van Walsum escolheu, entre outros, Jeremy Greenstock «porque o seu país há muito que desempenhava um papel determinante na questão de Timor Leste».<sup>53</sup> Mais importante, sem o ser formalmente, Greenstock era, na realidade, o líder da missão do Conselho de Segurança.

Entretanto, em Jacarta, desenrolava-se mais um drama no qual o Reino Unido teria um papel a desempenhar. A 5 de Setembro, por volta da meia-noite, e depois de ter passado o final da tarde com Xanana Gusmão, Christopher recebeu um telefonema de uma das assessoras mais próximas do líder da resistência timorense, Paula Pinto, informando que o Governo indonésio pretendia levar, dentro de dois dias, Xanana Gusmão para Díli, onde procederia de imediato à sua libertação. Xanana Gusmão recusou o plano indonésio e solicitou a Christopher a autorização para residir durante alguns dias na Embaixada do Reino Unido em Jacarta. Christopher aceitou hospedar Xanana Gusmão e telefonou de imediato a Cook, na altura em Tóquio, com o intuito de obter a sua autorização, o que aconteceu de imediato. No dia seguinte, Christopher definiu com Muladi e Alatas as circunstâncias e as condições em que Xanana Gusmão seria entregue na Embaixada do Reino Unido em Jacarta. A 7 de Setembro, Xanana Gusmão era finalmente libertado e entregue na Embaixada, onde Battle, que chegara à Indonésia no dia anterior, o recebeu em ambiente de euforia.<sup>54</sup>

De acordo com Cook, nesta altura era cada vez mais claro que a Indonésia não estava a cumprir as suas responsabilidades. Timor Leste estava fora de controlo e «era agora do interesse da própria Indonésia ter o apoio da comunidade internacional na protecção do povo timorense perante a onda de violência».<sup>55</sup> Nos dois dias anteriores, entre outros, Cook falara com todos os ministros dos Negócios Estrangeiros do *Core Group* e propusera um encontro urgente «para avaliar a grave situação em Timor Leste».<sup>56</sup> O objectivo principal consistia em «encorajar um consenso internacional para que se actuasse».<sup>57</sup> Deste modo, em Tóquio, Cook encurtou a sua visita ao Japão e anulou a deslocação à Tailândia, com o intuito de poder estar presente na reunião da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC) em Auckland, na Nova Zelândia. Por essa altura, era «claro, quer pela situação no terreno quer pela postura de Annan, que seria necessária uma força internacional».<sup>58</sup> De facto, o Secretário-Geral da ONU estava envolvido num exercício diário que pretendia aumentar gradualmente a pressão internacional. Nesse mesmo dia, Annan

afirmou em Nova Iorque que se as autoridades indonésias não conseguissem parar a violência nas próximas 48 horas, então a comunidade internacional teria de encarar possíveis alternativas para restabelecer a ordem. Permanecia, porém, por definir «se seria possível em termos práticos e políticos».<sup>59</sup>

Em Jacarta, Battle rejeitava a possibilidade de aplicação de sanções económicas contra a Indonésia como instrumento de pressão com o intuito de pôr termo à escalada de violência em Timor Leste. Battle entendia que seria necessária uma abordagem mais construtiva para resolver a crise, nomeadamente porque as sanções não teriam qualquer efeito a curto prazo e, por consequência, não seriam particularmente úteis no sentido de se criar pressão imediata. Dito de outro modo, o compromisso inicial de Cook, segundo o qual, em casos extremos, a possibilidade de aplicação de sanções não estava excluída foi, muito claramente, ignorado no caso de Timor Leste. Ainda em Tóquio, falando sobre eventuais sanções contra a Indonésia, Cook disse que «obviamente, o problema não era o Governo da Indonésia, o problema é o Exército da Indonésia que, muito francamente, não segue a política do seu Governo e está a ignorar os compromissos internacionais do Governo».<sup>60</sup> Tendo-se encontrado com Habibie e Alatas, Battle já havia transmitido pessoalmente as preocupações da comunidade internacional no que se refere à crise, bem como os riscos crescentes que se avistavam no horizonte indonésio.

De momento, Cook não queria ainda reconhecer em público que as tropas britânicas poderiam participar numa força de manutenção da paz que fosse enviada para o território, nomeadamente porque, ao contrário da Austrália, o Reino Unido não tinha meios militares minimamente significativos na região ou que se pudessem deslocar rapidamente.<sup>61</sup> Dito isto, Cook tinha consciência de que o falhanço do Exército indonésio quanto à restauração da lei e da ordem queria dizer que a lei marcial declarada por Habibie muito provavelmente não funcionaria. Na perspectiva de Cook, era «muito difícil de imaginar como é que dar ao Exército indonésio mais poder vai ajudar, tendo em conta que o Exército não está disposto a utilizar os poderes de que já dispõe».<sup>62</sup>

A 8 de Setembro, a missão do Conselho de Segurança reuniu-se com Alatas em Jacarta, que permaneceu «firmemente resistente contra qualquer presença militar estrangeira antes de a Assembleia Popular Consultiva ter deliberado sobre o resultado da consulta».<sup>63</sup> Igualmente no mesmo dia e depois de avaliar a situação, Martin decidiu recomendar a evacuação da UNAMET. Entretanto, em Nova Iorque, o Conselho de Segurança reuniu-se para encontros privados e os membros discutiram a possibilidade de se evacuar a UNAMET, tal como Martin sugerira. Durante as consultas, o Brasil solicitou uma sessão pública do Conselho de Segurança. Greenstock, em Jacarta, e o *Core Group* em Nova

Iorque, continuaram a manifestar oposição à ideia, principalmente pelo facto de a missão do Conselho de Segurança estar ainda na Indonésia.

Em Jacarta, a missão do Conselho de Segurança fizera da Embaixada do Reino Unido a sua base de apoio, mantendo contacto constante com Alatas e Xanana Gusmão. A 9 de Setembro, a missão do Conselho de Segurança encontrou-se com Habibie, que se manteve firme contra qualquer possibilidade de uma eventual intervenção internacional em Timor Leste.<sup>64</sup>

Habibie e Alatas optaram por não comparecer à reunião da APEC. Em representação da Indonésia, quem esteve presente em Auckland foi o ministro para a Coordenação da Economia, Finanças e Indústria, Ginandjar Kartasasmita. Enquanto esteve na Nova Zelândia, Kartasasmita contactou duas vezes com Habibie para o avisar do «risco real de que a Indonésia poderia ser alvo de sanções internacionais».<sup>65</sup> Em Auckland, Cook aproveitou a ocasião para enviar três mensagens. A primeira consistia em recordar que a comunidade internacional estava unida na sua condenação do que estava a acontecer em Timor Leste. A segunda mensagem lembrava que a Indonésia tinha de respeitar o resultado da consulta popular. A terceira salientava que a Indonésia tinha de solicitar o apoio da comunidade internacional com o intuito de se restaurar a ordem em Timor Leste.<sup>66</sup>

Para além das violações dos direitos humanos que estavam a ocorrer em Timor Leste, o que estava a causar indignação geral com a conduta de Jacarta era «o facto de, depois de um impasse que durou décadas, a Indonésia ter aceite uma fórmula para a resolução definitiva que envolvia a outra parte, mas também as Nações Unidas, e depois estar a sabotar o processo quando este não correu da maneira que esperava».<sup>67</sup> Muito claramente, ao proceder deste modo, a Indonésia estava a avaliar de forma errada os seus limites. Para além de estar a embarassar Kofi Annan, Jacarta estava também a colocar em causa o prestígio e o estatuto do próprio Conselho de Segurança. Isto era particularmente grave se se tiver em conta que o Conselho de Segurança atravessava ainda um período difícil, na sequência da sua recente incapacidade de gerir a crise no Kosovo.

Na opinião de Peter van Walsum, os acontecimentos envolvendo o Kosovo influenciaram o Conselho de Segurança na questão de Timor Leste, uma vez que «todos os países queriam evitar outra intervenção humanitária sem um mandato do Conselho de Segurança».<sup>68</sup> Em que medida é que este factor foi realmente determinante permanece ainda por esclarecer. Dito isto, a sombra do Kosovo pesou, muito seguramente, de duas formas.

Um dos países que participava na força de manutenção da paz da NATO no Kosovo era Portugal. Reagindo ao que se estava a passar em Timor Leste, bem como à ausência de uma resposta por parte da comunidade in-

ternacional, Lisboa foi palco de manifestações de protesto de grande dimensão e numa escala sem precedentes desde a mudança de regime em 1974–76. Confrontado com esta situação, António Guterres procurou forçar uma intervenção internacional e para esse efeito, entre outras coisas, telefonou aos seus homólogos britânico e norte-americano, Tony Blair e Bill Clinton, respectivamente, para lhes explicar como se tornara insustentável a sua posição interna. Guterres deixara de ser capaz de explicar aos portugueses por que motivo é que Portugal, respondendo aos pedidos dos seus aliados, tinha tropas no Kosovo, enquanto os pedidos de Portugal aos seus aliados sobre Timor Leste não tinham, aparentemente, qualquer eco positivo. Deste modo, Guterres explicou a Blair e Clinton que se a comunidade internacional não actuasse, de forma decisiva, para fazer respeitar os resultados da consulta popular em Timor Leste, Portugal teria de abandonar a força de manutenção da paz da NATO no Kosovo.<sup>69</sup> Ora, nesta altura, a última coisa que o Reino Unido e os EUA queriam era uma demonstração pública de divisões entre os aliados da NATO envolvendo o Kosovo.

Dito isto, a sombra do Kosovo esteve presente de uma outra forma. O Conselho de Segurança vira o seu prestígio e a sua reputação diminuídos quando a NATO decidira intervir no Kosovo sem um mandato da ONU. Embora não estivesse no ar a possibilidade de uma nova intervenção internacional sem um mandato do Conselho de Segurança, de qualquer modo era uma fonte de preocupação para o Reino Unido que a ONU demonstrasse, uma vez mais, incapacidade para resolver uma situação de crise. Deste modo, como membro permanente do Conselho de Segurança, o Reino Unido tinha razões adicionais para garantir que as Nações Unidas «terminariam a tarefa que haviam começado com o processo de independência de Timor Leste».<sup>70</sup> Dito de outro modo, «Timor Leste fornecia a oportunidade para que o Conselho de Segurança restaurasse de novo a sua confiança».<sup>71</sup>

A 10 de Setembro, em Nova Iorque, o Conselho de Segurança procedeu a novas consultas e, posteriormente, o Reino Unido elaborou uma primeira versão de uma futura resolução sobre Timor Leste.<sup>72</sup> No mesmo dia, Cook referiu que o Reino Unido estava a equacionar a possibilidade de congelar as suas relações militares com a Indonésia, em resposta à recusa de Jacarta autorizar a entrada em Timor Leste de uma força de manutenção da paz da ONU, com o intuito de controlar a violência perpetrada pelas milícias que se opunham à independência. A posição de Cook reflectia, em parte, a percepção de Greenstock de que a missão do Conselho de Segurança estava a ter poucas repercussões no comportamento do Governo indonésio. Mais importante, Cook estava sob pressão interna em consequência de uma presumível uti-

lização por parte da Indonésia de caças Hawk, de origem britânica, em Timor Leste.

A 11 de Setembro, em Auckland, Cook anunciou a suspensão da entrega de novos caças Hawk à Indonésia, apenas algumas horas depois de o ministro da Defesa, George Robertson ter confirmado em Londres a sua entrega. Paralelamente, Cook anunciava também que o Reino Unido daria o seu apoio a uma proposta da União Europeia que visava instaurar um embargo de armamento à Indonésia, o que aconteceria dois dias depois. Na perspectiva britânica, esta decisão tinha duas vantagens. Por um lado, aumentava a pressão, ao mesmo tempo que mostrava uma frente unida. Por outro, assegurava que nenhum outro país preencheria o espaço vazio.

A missão do Conselho de Segurança visitou Díli no dia 11 de Setembro, acompanhada, por sua insistência, pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas indonésio, General Wiranto, e, mais importante, pelas câmaras de televisão da BBC e da CNN. Greenstock descreveu o que encontrou em Díli como um autêntico inferno. Numa atmosfera surreal, o Major-General Kiki Syahnakri, responsável por assegurar o cumprimento da lei marcial, enquanto procedia a um *briefing* em Díli com a missão do Conselho de Segurança, insistia que «a ordem havia sido restaurada desde a imposição da lei marcial».<sup>73</sup> Confrontado com esta observação, Greenstock perguntou a Syahnakri se tal não se devia, talvez, ao facto de a população de Díli ter sido expulsa da cidade?<sup>74</sup> Enquanto permaneceu em Díli com a missão do Conselho de Segurança, Wiranto pareceu «genuinamente surpreso e chocado» com o que lá encontrou.<sup>75</sup> Reagindo, aparentemente, ao que observava, Wiranto revelou que Jacarta tinha de ter em conta a disponibilidade da comunidade internacional prestar apoio e que apresentaria um relatório a Habibie, no dia seguinte, sugerindo precisamente que a Indonésia aceitasse essa ajuda internacional.

Tendo em conta este facto, a visita de Wiranto parece ter sido um dos momentos decisivos.<sup>76</sup> Wiranto havia sido «obrigado a visitar Díli. Tal tinha sido uma enorme humilhação. A partir daqui não tinha desculpas para não actuar».<sup>77</sup> Esta leitura, porém, não é consensual, uma vez que assume que Wiranto não tinha plena consciência do que se passava em Timor Leste. Francesc Vendrell, que também foi com a missão do Conselho de Segurança a Jacarta e a Díli, desvaloriza o impacto da visita de Wiranto e acentua, em alternativa e, muito provavelmente, de forma correcta, o papel exercido pela pressão norte-americana.<sup>78</sup>

Ainda no mesmo dia, o Conselho de Segurança reuniu-se para discutir formas de aumentar a pressão sobre a Indonésia, de modo a que esta aceitasse uma força de manutenção da paz em Timor Leste. Peter van Walsum enten-

deu que «uma reunião pública e formal do Conselho de Segurança poderia ser um contributo importante para esse fim».<sup>79</sup> Contudo, o Reino Unido estava «preocupado com o *timing* do debate do Conselho de Segurança (...) uma vez que podia não assegurar uma mensagem à Indonésia absolutamente unida da parte de todos os membros da ONU».<sup>80</sup> Para surpresa do Reino Unido, no debate público sobre a situação em Timor Leste, com a excepção de três entre 52 intervenientes, a mensagem de apoio ao envio de uma força multinacional era amplamente consensual, facto que deixou o Representante Permanente da Indonésia na ONU em Nova Iorque, Makarim Wibisono, visivelmente chocado.<sup>81</sup> Na sua intervenção, o Representante Permanente Adjunto do Reino Unido na ONU em Nova Iorque, Stewart Eldon, lembrou que a Indonésia não «cumpriu as suas obrigações previstas nos Acordos de 5 de Maio» e, conseqüentemente, «tinha de autorizar o auxílio da comunidade internacional no sentido de se restaurar a ordem e de se assegurar uma transição ordeira para a independência de Timor Leste».<sup>82</sup>

A 12 de Setembro, depois de ter persuadido o seu Governo, durante uma longa reunião, de que não havia alternativa, Habibie telefonou finalmente a Annan para solicitar o auxílio da ONU no sentido de se restaurar a paz e a segurança em Timor Leste. A primeira reacção de Cook foi cautelosa, uma vez que não estava seguro de que Habibie fosse capaz de fazer cumprir o seu compromisso.<sup>83</sup> De imediato, Cook disponibilizou uma companhia de infantaria reforçada de Gurkhas, no Brunei, para estar entre os primeiros elementos a chegar a Timor Leste.<sup>84</sup> Esta disponibilidade foi particularmente importante, tendo em conta que era pouco claro como é que as tropas estrangeiras seriam recebidas no terreno.

Cook revelou também que o Reino Unido teria um papel liderante na elaboração da resolução do Conselho de Segurança que daria cobertura legal à força multinacional e, igualmente relevante, tudo faria para assegurar um mandato claro e inequívoco.<sup>85</sup> Na verdade, como anteriormente se salientou, o Reino Unido já começara o processo de elaboração de uma resolução. Em parceria com outros membros do *Core Group*, o Reino Unido começara a elaborar o texto de uma resolução ainda antes da missão do Conselho de Segurança ter regressado a Nova Iorque.<sup>86</sup>

No entanto, como Cook reconheceu, nesta altura havia ainda divergências quanto à composição da força multinacional.<sup>87</sup> Ali Alatas chegara a Nova Iorque a 13 de Setembro e, contrariamente ao costume, a sua equipa era formada sobretudo por militares. Desde que chegou, sem sucesso, Alatas fez tudo para assegurar uma força multinacional composta e liderada por Estados asiáticos. A Indonésia queria evitar, a todo custo, ter de aceitar uma força liderada pela Austrália. Tendo em conta a resistência indonésia, a 13 e a 14 de

Setembro, Greenstock viu-se envolvido num autêntico turbilhão diplomático, tendo estado em contacto permanente com diversos Chefes de Estado e Primeiros-Ministros.<sup>88</sup> No final, a Indonésia acabou por ter de ceder e, a 15 de Setembro, o Conselho de Segurança aprovou por unanimidade a Resolução 1264, autorizando o estabelecimento da Força Internacional para Timor Leste (INTERFET), com uma estrutura de comando unificado, dirigida pela Austrália, com a responsabilidade de restaurar a paz e a segurança em Timor Leste, bem como de proteger e apoiar a UNAMET no cumprimento das suas funções. Actuando ao abrigo do Capítulo VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança decidiu que a INTERFET seria substituída, assim que fosse possível, por uma operação de manutenção da paz das Nações Unidas.<sup>89</sup>

### **A UNTAET e a independência**

A 19 de Outubro de 1999, a Assembleia Consultiva Popular ratificou os resultados do referendo timorense, colocando assim um ponto final às reivindicações indonésias sobre Timor Leste. A 28 de Outubro, Wibisono entregou a Annan, uma carta do Presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, renunciando oficialmente às reivindicações relacionadas com Timor Leste. De acordo com o novo ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Alwi Shihab, o conteúdo da carta era consensual entre os membros do Governo.<sup>90</sup> Wahid entende mesmo que a Indonésia encerrou o processo «sem contestação dos elementos pró-integracionistas», o que não corresponde totalmente à verdade.<sup>91</sup>

Em Outubro de 1999, Timor Leste preparava-se para embarcar num novo patamar rumo à independência. Tal como acontecera com resoluções anteriores, o Reino Unido teve um papel de destaque na elaboração do texto da Resolução 1272 do Conselho de Segurança da ONU, que conferiu o mandato à Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET). Criada em 25 de Outubro, competia à UNTAET administrar o território e para o efeito foi dotada dos poderes necessários para exercer a autoridade executiva e legislativa, incluindo a administração da justiça.<sup>92</sup> Entre outros assuntos, a UNTAET tinha de garantir a segurança, manter a lei e a ordem, criar uma administração eficaz, apoiar o desenvolvimento de serviços civis e sociais, garantir a coordenação e a distribuição da ajuda humanitária, prestar apoio à reabilitação e ao desenvolvimento, apoiar a criação de condições para o exercício do autogoverno e apoiar o estabelecimento de condições para o desenvolvimento auto-sustentável.<sup>93</sup>

Quando o Reino Unido inaugurou as suas instalações diplomáticas em Díli, John Battle aproveitou a oportunidade para visitar Timor Leste a 19 e 20 de Janeiro de 2000. Battle reuniu-se com as mais altas individualidades políticas e ouviu em primeira mão quais eram as dificuldades da UNTAET. Nos

primeiros meses, a UNTAET foi pouco mais do que uma missão de ajuda humanitária envolvida numa operação de urgência, totalmente absorvida na coordenação da distribuição de comida, na prestação de cuidados de saúde e no fornecimento de abrigo às centenas de milhar de deslocados e refugiados.<sup>94</sup>

No que se refere à reforma do sector da segurança, de acordo com a ideia inicial, Timor Leste não deveria ter Forças Armadas. A UNTAET tinha em mente apenas a criação de um corpo policial e a dissolução das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL). Neste quadro, os planos de recruta iniciais apontavam para a formação e criação de um corpo policial composto por cerca de três mil elementos. Para esse efeito foi criado no início de 2000 uma Academia da Polícia com o intuito de formar em cursos de três meses o novo corpo policial timorense.<sup>95</sup> A Polícia britânica esteve envolvida de perto neste projecto e prestou treino aos recrutas do futuro Serviço de Polícia de Timor Leste (SPTL). Em Junho de 2000, os primeiros oficiais do SPTL obtinham a sua graduação e, em Setembro de 2001, mais de mil elementos tinham obtido os seus diplomas.

Em virtude da recusa de dissolução por parte das FALINTIL e tendo em conta os crescentes problemas de disciplina, em Março de 2000, a UNTAET formou um grupo de trabalho com o intuito de gerir a situação. Em Junho, a UNTAET encomendou um estudo que deveria avaliar as necessidades timorenses em termos de segurança e defesa.<sup>96</sup> Este estudo, pago pelo Reino Unido, apresentou três alternativas relativas à criação de Forças de Defesa de Timor Leste (FDTL). Tendo este estudo como suporte, em Setembro de 2000, a UNTAET promulgava a criação das FDTL.

O apoio do Reino Unido não se limitou, no entanto, à reforma do sector de segurança. Na área da justiça, Londres foi um dos maiores doadores, financiando os projectos de apoio ao sistema judicial do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), responsável por seleccionar e contratar peritos internacionais cuja função consistiu em apoiar a formação de juizes e advogados timorenses. O Reino Unido financiou também os trabalhos da Comissão de Acolhimento, Verdade e Recepção (CAVR), criada em Julho de 2001.<sup>97</sup>

Londres apoiou igualmente o projecto de assistência eleitoral do PNUD, quer nas eleições legislativas, quer nas presidenciais. Em Fevereiro de 2001, o Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) aprovou um conjunto de recomendações sobre a transição política. Entre as recomendações estava a proposta de eleição de um Parlamento a 30 de Agosto de 2001. O Parlamento, posteriormente, teria a responsabilidade de elaborar a nova Constituição.

As eleições legislativas teriam lugar na data prevista, tendo votado 91,3% dos eleitores recenseados. A Frente Revolucionária de Timor Leste

Independente (FRETILIN) venceu as eleições, tendo obtido 57,3% dos votos. O novo secretário de Estado britânico, Ben Bradshaw, em visita a Díli, elogiou o êxito eleitoral que haviam sido as primeiras eleições legislativas.<sup>98</sup>

As eleições presidenciais decorreram a 14 de Abril de 2002, tendo votado 86,3% dos eleitores recenseados. Com 82,6% dos votos, Xanana Gusmão foi o vencedor incontestado. O novo ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Jack Straw, recebeu com agrado os resultados das primeiras eleições presidenciais timorenses e congratulou Xanana Gusmão pela vitória.<sup>99</sup>

A 20 de Maio de 2002, Timor Leste proclamava oficialmente a independência. Tendo em conta a importância do momento, o Reino Unido fez questão de estar oficialmente presente na cerimónia de independência e, para o efeito, Ben Bradshaw e Robin Christopher deslocaram-se ao território. Depois de 26 anos de ocupação indonésia, a saga terminava finalmente, sem grandes danos para os interesses políticos e económicos do Reino Unido.

### Conclusão

Os activistas pró-timorenses e os defensores dos direitos humanos queixam-se de que a retórica britânica deveria ter sido complementada com acções mais substantivas.<sup>100</sup> O Reino Unido não teria exercido a pressão que devia e que poderia ter imprimido antes e depois da consulta popular. Na sua perspectiva, a suspensão da entrega dos caças Hawk à Indonésia é o melhor exemplo de uma reacção demasiado diminuta e tardia. Por outro lado, alguns académicos detectaram o que entendem ser sinais de «delírio do estatuto de grande potência, como se o Reino Unido tivesse os recursos económicos e militares para «exigir» que os seus valores sejam respeitados por outros».<sup>101</sup>

Contudo, há também quem defenda a abordagem da política externa do *New Labour* na questão de Timor Leste e quem saliente a importância que teve a mudança de Primeiro-Ministro britânico de John Major para Tony Blair. Tal é, por exemplo, o caso de Jaime Gama que, nesta perspectiva, entende que a nova atitude política do *New Labour* teria sido um passo importante na resolução da questão timorense.<sup>102</sup>

De facto, o Reino Unido poderia ter pressionado mais a Indonésia. No entanto, tendo em conta o contexto, muito provavelmente tal não teria qualquer resultado substantivo. Independentemente desta avaliação estar correcta ou incorrecta, em termos objectivos, o que o Reino Unido fez por Timor Leste não pode ser desvalorizado. O *New Labour* abordou por inúmeras vezes com a Indonésia a questão da violação dos direitos humanos em Timor Leste, pressionou de forma insistente Jacarta para que aceitasse a visita da tróica da União Europeia a Díli e, em geral, teve um papel muito activo através de di-

versos canais bilaterais e multilaterais, no sentido de pressionar o Governo indonésio para que resolvesse, de uma vez por todas, a questão timorense.<sup>103</sup>

A eterna questão do copo de água meio cheio ou meio vazio. É verdade que enquanto a Indonésia teve um regime autoritário, o apoio de Robin Cook ao direito timorense à autodeterminação e o seu apoio ao diálogo bilateral para promover a defesa dos direitos humanos teve poucos resultados substantivos. E é igualmente verdade que a sua promessa de, em casos extremos, admitir a possibilidade de sanções também não se concretizou durante a transição para a democracia na Indonésia. Realisticamente, a dimensão ética da política externa do *New Labour* correspondeu a diferentes níveis de pressão de acordo com as circunstâncias e o seu contexto. Dito de outro modo, o criticismo do Reino Unido foi muito mais limitado durante o regime autoritário de Suharto do que no período de transição democrática com Habibie. Se se pretendesse resumir numa frase a abordagem do *New Labour* relativamente à questão de Timor Leste, poderia dizer-se que foi marcada sobretudo pelo pragmatismo e pela flexibilidade.

Por outro lado, nunca se saberá, de forma absolutamente segura, se a política externa de um Governo conservador seria muito diferente da linha seguida pelo *New Labour*. Porém, sabe-se que entre 1997 e 2002, de uma forma geral, o Partido Conservador apoiou a abordagem seguida pelo *New Labour* na questão de Timor Leste. Se se tiver tal facto em conta, eventualmente poderá defender-se que tudo indica que apenas existiriam diferenças de pormenor. Mais do que os indivíduos e as suas crenças – Fatchett foi a única excepção, ainda que de forma parcial – o factor principal que moldou a política externa do *New Labour* na questão de Timor Leste foi a mudança que ocorreu na Indonésia. A janela de oportunidade introduzida pela mudança de regime em Jacarta foi o elemento que permitiu desbloquear o impasse. O Reino Unido teve o mérito inegável de ter contribuído de forma activa para que essa janela de oportunidade tivesse sido utilizada de forma eficaz.

## Notas

- 1 Robin Cook, «British Foreign Policy [Statement]» (*Foreign & Commonwealth Office [FCO]*, 12 de Maio de 1997).
- 2 Robin Cook, «Human Rights into a New Century [Speech]» (*FCO*, 17 de Julho de 1997).
- 3 Sobre a origem da expressão *New Labour*, consultar [[http://en.wikipedia.org/wiki/New\\_Labour](http://en.wikipedia.org/wiki/New_Labour)].
- 4 Nicholas J. Wheeler e Tim Dunne, «Good International Citizenship: A Third Way for British Foreign Policy» (*International Affairs*, Vol. 74, nº 4, 1998), p. 850.
- 5 Entrevista telefónica com Tim Hancock, Fevereiro de 2003. Desde Outubro de 1998, Hancock é o elemento da Amnistia Internacional que acompanha em exclusivo a actividade do Parlamento britânico.
- 6 Nicholas Witchell, «Ethical Foreign Policy» (*BBC News Online*, 29 de Abril de 1998 [[http://news.bbc.co.uk/1/hi/special\\_report/1998/04/98/labour\\_-\\_one\\_year\\_on/84778.stm](http://news.bbc.co.uk/1/hi/special_report/1998/04/98/labour_-_one_year_on/84778.stm)]).
- 7 Kevin Theakston, «New Labour and the Foreign Office», in Richard Little e Mark Wickham-Jones (eds), *New Labour's Foreign Policy: A New Moral Crusade?* (Manchester: Manchester University Press, 2000), p. 116.
- 8 Witchell, «Ethical Foreign Policy».
- 9 Neil Cooper, «The Pariah Agenda and New Labour's Ethical Arms Sales Policy», in Richard Little e Mark Wickham-Jones (eds), *New Labour's Foreign Policy: A New Moral Crusade?* (Manchester: Manchester University Press, 2000), p. 147.
- 10 Mark Wickham-Jones, «Labour's Trajectory in Foreign Affairs: The Moral Crusade of a Pivotal Power?», in Richard Little e Mark Wickham-Jones (eds), *New Labour's Foreign Policy: A New Moral Crusade?* (Manchester: Manchester University Press, 2000), p. 29.
- 11 Steve Richards, «Interview with Robin Cook» (*The New Statesmen*, Vol. 11, nº 530, 13 de Novembro de 1998).
- 12 Entrevista com Tamrat Samuel, Nova Iorque, Outubro de 2002. Entre 1992 e 2000, Samuel foi o *desk officer* responsável por acompanhar a questão de Timor Leste no Departamento de Assuntos Políticos (DAP) da ONU. Entre Junho e Outubro de 1999, Tamrat Samuel chefiou o escritório da UNAMET em Jacarta.
- 13 Entrevista confidencial.
- 14 Para perceber melhor a importância desta decisão, salienta-se que se tratou da primeira vez que um Secretário-Geral da ONU nomeou um RPSG em dedicação exclusiva à questão de Timor Leste.
- 15 Entrevista com Tamrat Samuel.
- 16 Entrevista com Dewi Fortuna Anwar, Jacarta, Novembro de 2002. Entre Maio de 1998 e Outubro de 1999, Dewi Fortuna Anwar foi conselheira de política externa de Habibie.
- 17 Robin Cook, «Cook on Asia-Europe Relations [Edited Transcript]» (*FCO*, 4 de Abril de 1999).
- 18 Entrevista com Nugroho Wisnumurti, Genebra, Setembro de 2002. Entre 1997 e 2000, Nugroho Wisnumurti foi Director-Geral para os Assuntos Políticos, no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e, nessa qualidade, acompanhou Habibie na deslocação a Londres em Abril de 1998.
- 19 Entrevista com Ali Alatas, Jacarta, Novembro de 2002. Entre Março de 1988 e Outubro de 1999, Ali Alatas foi o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia.
- 20 Paulo Gorjão, «Regime Change and Foreign Policy: Portugal, Indonesia, and the Self-determination of East

- Timor» (*Democratization*, Vol. 9, nº 4, Inverno de 2002), pp. 142–58.
- 21 Robin Cook, «Britain's Ethical Foreign Policy [Interview]», (*FCO*, 14 de Maio de 1998).
- 22 Eilis Ward e Peter Carey, «The East Timor Issue in the Context of EU-Indonesian Relations, 1975–99» (*Indonesia and the Malay World*, Vol. 29, nº 83, Março de 2001), pp. 51–74.
- 23 Comunicação por email com o Embaixador Robin Christopher, Novembro de 2002. Entre 1997 e 2000, Robin Christopher foi o Embaixador do Reino Unido em Jacarta.
- 24 «Report on EU Troika Ambassadors' Visit to East Timor [Press Release]» (*FCO*, 23 de Julho de 1998).
- 25 Dewi Fortuna Anwar, «The East Timor Crisis: An Indonesian View», in Bruce Brown (ed), *East Timor – The Consequences* (Wellington: New Zealand Institute of International Affairs, 2000), p. 20.
- 26 Entrevista com Dewi Fortuna Anwar.
- 27 Entrevista com Matthew Taylor, Bruxelas, Fevereiro de 2003. Entre Agosto de 1997 e Agosto de 2001, Taylor foi Segundo Secretário na Representação Permanente do Reino Unido na ONU em Nova Iorque e *desk officer* responsável por acompanhar a questão de Timor Leste.
- 28 Robin Cook, «Cook Welcomes Progress on East Timor [Edited Transcript of Doorstep Interview]» (*FCO*, 27 de Janeiro de 1999).
- 29 Cook, «Cook Welcomes Progress on East Timor».
- 30 Entrevista com José Ramos Horta, Díli, Dezembro de 2002. Entre Abril de 1998 e Junho de 2001, Ramos Horta foi Vice-Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense.
- 31 Entrevista com Ana Gomes, Jacarta, Novembro de 2002. Ana Gomes dirigiu a Secção de Interesses de Portugal em Jacarta entre Janeiro e Dezembro de 1999 e, posteriormente, assumiu funções como Embaixadora de Portugal na Indonésia.
- 32 Jamsheed Marker, *East Timor: A Memoir of the Negotiations for Independence* (Jefferson, NC: McFarland, 2003), p. 134.
- 33 Derek Fatchett, «Fatchett's Concerns at East Timor Deaths [Press Release]» (*FCO*, 9 de Abril de 2005).
- 34 Entrevista com Simon Tonge, Londres, Março de 2003. Entre 1999 e 2001, Tonge foi Segundo Secretário na Embaixada do Reino Unido em Jacarta.
- 35 Farhan Haq, «Cease-fire as UN Talks resume» (*Inter Press Service*, 21 de Abril de 1999).
- 36 Derek Fatchett, «Fatchett Welcomes the Announcement on East Timor Ballot [Edited Transcript of an Interview]» (*FCO*, 27 de Abril de 1999).
- 37 Derek Fatchett, «East Timor [Press Release]» (*FCO*, 6 de Maio de 1999).
- 38 Geoff Hoon, «Britain Sends Police Advisers to East Timor [Press Release]» (*FCO*, 9 de Junho de 1999).
- 39 Geoff Hoon, «East Timor [Press Release]» (*FCO*, 1 de Julho de 1999).
- 40 Ian Martin, *Self-determination in East Timor: The United Nations, the Ballot, and the International Intervention* (Boulder, CO: Lynne Rienner, 2001), p. 90.
- 41 Robin Cook, «Foreign Secretary Comments on East Timor Referendum [Edited Transcript of an Interview]» (*FCO*, 30 de Agosto de 1999).
- 42 Peter van Walsum, «The East Timor Crisis and the Doctrine of Humanitarian Intervention» (Comunicação proferida no Melbourne Institute of Asian Languages and Societies [MIALS]/Asialink Seminar, Melbourne, 7 de Fevereiro de 2002).

- 43 Comunicação por email com Robin Christopher.
- 44 Robin Cook, «East Timor [Press Release]» (FCO, 2 de Setembro de 1999).
- 45 Robin Cook, «UK Response to Worsening Violence in East Timor [Edited Transcript of Doorstep Interview]» (FCO, 3 de Setembro de 1999).
- 46 *Idem.*
- 47 *Idem.*
- 48 Entrevista com Simon Tonge.
- 49 Robin Cook, «East Timor Vote for Independence [Transcript of Briefing]» (FCO, 4 de Setembro de 1999).
- 50 O *Core Group* era uma estrutura informal (e, durante algum tempo, confidencial) de apoio ao Secretário-Geral da ONU na questão de Timor Leste e na qual participaram o Reino Unido, a Austrália, a Nova Zelândia, o Japão e os Estados Unidos.
- 51 Entrevista com o Embaixador Peter van Walsum, Haia, Fevereiro de 2003. Entre Dezembro de 1998 e Janeiro de 2001, van Walsum foi o Representante Permanente dos Países Baixos na ONU e, em Setembro de 1999, foi o Presidente do Conselho de Segurança.
- 52 Entrevista com van Walsum.
- 53 Van Walsum, «The East Timor Crisis and the Doctrine of Humanitarian Intervention».
- 54 Comunicação email com Christopher.
- 55 Robin Cook, «East Timor [Press Release]» (FCO, 7 de Setembro de 1999).
- 56 *Idem.*
- 57 Robin Cook, «Cook to Attend Auckland Meeting on East Timor [Edited Transcript of an Interview]» (FCO, 7 de Setembro de 1999).
- 58 Entrevista com Stewart Eldon, New Haven, Outubro de 2002. Entre 1998 e 2002, Eldon foi o Representante Permanente Adjunto do Reino Unido na ONU em Nova Iorque.
- 59 Entrevista com Taylor.
- 60 Cook, «Cook to Attend Auckland Meeting on East Timor».
- 61 *Idem.*
- 62 *Idem.*
- 63 Martin, *Self-determination in East Timor*, p. 105.
- 64 *Idem.*
- 65 Don Greenlees e Robert Garran, *Deliverance: The Inside Story of East Timor's Fight for Freedom* (Sydney: Allen & Unwin, 2002), p. 260.
- 66 Robin Cook, «Messages from the Foreign Ministers' Meeting in New Zealand [Edited Transcript]» (FCO, 9 de Setembro de 1999).
- 67 Van Walsum, «The East Timor Crisis and the Doctrine of Humanitarian Intervention».
- 68 Van Walsum, «The East Timor Crisis and the Doctrine of Humanitarian Intervention».
- 69 Entrevista com António Guterres, Lisboa, Dezembro de 2002.
- 70 Cook, «Messages from the Foreign Ministers' Meeting in New Zealand».
- 71 Entrevista com Taylor.
- 72 *Idem.*
- 73 Greenlees e Garran, *Deliverance*, p. 258.
- 74 *Idem.*
- 75 Entrevista com Eldon e van Walsum.
- 76 Entrevista com Eldon.
- 77 Entrevista com Tonge.
- 78 Entrevista com Francesc Vendrell, Bruxelas, Fevereiro de 2003. Entre Agosto de 1993 e Dezembro de 1997, Vendrell foi director da Divisão Nordeste Asiático e Pacífico do Departamento de Assuntos Políticos da ONU. Entre Janeiro de 1998 e Outubro de 1999, foi director da Divisão Ásia-Pacífico. Vendrell foi também Representante Pessoal Adjunto do Secretário-Geral para Timor Leste durante o período da UNAMET.

- 79 Van Walsum, «The East Timor Crisis and the Doctrine of Humanitarian Intervention».
- 80 Entrevista confidencial.
- 81 Entrevista com van Walsum.
- 82 United Nations Security Council [UNSC], «Security Council hears 52 speakers in open debate on situation in East Timor [Press Release]» (SC 76724, 11 de Setembro de 1999).
- 83 Robin Cook, «Cook Welcomes Indonesia's Acceptance of UN Peacekeepers [Edited Transcript of Doorstep Interview]» (FCO, 12 de Setembro de 1999).
- 84 Cook, «Cook Welcomes Indonesia's Acceptance of UN Peacekeepers».
- 85 *Idem*.
- 86 Entrevista com Eldon.
- 87 Robin Cook, «Outcome of the General Affairs Council [Edited Transcript of a Press Conference]» (FCO, 13 de Setembro de 1999).
- 88 Entrevista com Eldon.
- 89 UNSC, «Security Council Resolution 1264» (15 de Setembro de 1999).
- 90 Entrevista com Alwi Shihab, Jacarta, Novembro de 2002. Entre Outubro de 1999 e Agosto de 2002, Shihab foi ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia.
- 91 Entrevista com Abdurrahman Wahid, Jacarta, Novembro de 2002. Entre Outubro de 1999 e Agosto de 2002, Abdurrahman Wahid foi Presidente da Indonésia.
- 92 UNSC, «Security Council 1272» (25 de Outubro de 1999).
- 93 Ver Paulo Gorjão, «O legado e as lições da Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste» (*Análise Social*, Vol. 38, nº 169, Inverno de 2004), pp. 1043–67.
- 94 Cedric de Coning, «The UN Transitional Administration in East Timor (UNTAET): Lessons Learned from the First 100 Days» (*International Peacekeeping*, Vol. 6, nº 2/3, 2000), p. 85.
- 95 James Fox, «Recent Security Developments in East Timor» (*AUS-CSCAP Newsletter*, Vol. 12, nº 6–8, 2001), p. 7.
- 96 Nicola Dahrendorf, *Independent Study on Security Force Options on East Timor* (Londres: Centre for Defence Studies, King's College, 2000).
- 97 Paulo Gorjão, «The East Timorese Commission for Reception, Truth and Reconciliation: Chronicle of a Foretold Failure?» (*Civil Wars*, Vol. 4, nº 2, Verão de 2001), pp. 142–62.
- 98 Ben Bradshaw, «Statement on East Timor Election [Press Release]» (FCO, 10 de Setembro de 2001).
- 99 Jack Straw, «Jack Straw Welcomes Outcome of East Timor Presidential Election [Press Release]» (FCO, 17 de Abril de 2002).
- 100 Comunicação por email com Carmel Budiardjo, Fevereiro de 2003. Budiardjo é directora e fundadora da TAPOL, uma ONG defensora dos direitos humanos na Indonésia, que nos últimos 26 anos prestou particular atenção a Timor Leste.
- 101 Tim Dunne e Nicholas J. Wheeler, «The Blair Doctrine: Advancing the Third Way in the World», in Richard Little e Mark Wickham-Jones (eds), *New Labour's Foreign Policy: A New Moral Crusade?* (Manchester: Manchester University Press, 2000), p. 73.
- 102 Entrevista com Jaime Gama, Lisboa, Janeiro de 2003.
- 103 Paul Hainsworth, «New Labour, New Codes of Conduct? British Government Policy towards Indonesia and East Timor after the 1997 Election», in Paul Hainsworth e Steve McCloskey (eds), *The East Timor Question: The Struggle for Independence from Indonesia* (Londres: I.B. Tauris, 2000), pp. 110–1.

